

DOI: <https://doi.org/10.61895/pl.v17i33.19549>

CABEÇAS CORTADAS: TROFÉUS EXIBIDOS E PUNIÇÃO NO EMBATE
ENTRE VOLANTES E CANGACEIROS, SERTÕES NORDESTINOS
BRASILEIROS (1922 – 1938)

José Ferreira Júnior

Autarquia Educacional de Serra Talhada - AESET
professorferreirajunior@hotmail.com

Vanderlan Francisco da Silva

Universidade Federal de Campina Grande - UFCG
vanderlansilva@uol.com.br

Resumo

Este texto objetiva discutir a prática de cortar cabeças, utilizadas por policiais volantes, quando da perseguição empreendida a cangaceiros nos sertões nordestinos, entre os anos de 1922 e 1938. A discussão leva em conta o imaginário do nordestino sertanejo sobre esta prática, mostrando-a como uma das muitas representações de uma sociedade construída distanciada do que era tido como “civilização”, que desenvolveu um modo de ser e estar no mundo específico, onde a violência se revelava traço característico de sua identidade. Para a construção desse texto foi feita revisão bibliográfica, sendo trazido à luz conceitos da história cultural, bem como narrativas presentes na historiografia que trata da temática volantes e cangaceiros.

Palavras-Chave: Cortar cabeças; volantes; cangaceiros; sertão nordestino.

CUT OFF HEADS: TROPHIES AND PUNISHMENT IN THE CLASH
BETWEEN VOLANTES AND CANGACEIROS, BRAZILIAN NORTHEAST
HINTERLANDS (1922 – 1938)

Abstract

This text aims to discuss the practice of cutting off heads, used by flying police officers, when chasing outlaws in the northeastern sertões, between the years 1922 and 1938. The discussion takes into

Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, São Cristóvão, v. 17, n. 33, jul. - dez. 2023
ISSN: 1982 -193X



account the imagination of the northeastern sertanejo about this practice, showing it as one of the many representations of a society built away from what was considered “civilization”, which developed a way of being in a specific world, where violence revealed itself as a characteristic feature of its identity. For the construction of this text, a bibliographical review was carried out, bringing to light concepts of cultural history, as well as narratives present in the historiography that deals with the theme of flying volantes and cangaceiros.

Keywords: Cut off heads; steering wheels; cangaceiros; northeastern hinterland.

Introdução

Faz oitenta e cinco anos que em território sergipano, no município de Poço Redondo, sertão do estado, na grota da fazenda Angico, ao amanhecer do dia 28 de julho de 1938, uma quinta-feira, Lampião e seus liderados foram cercados e surpreendidos por soldados de volante alagoana, comandada pelo Tenente João Bezerra.

Segundo a narrativa oficial, trazida à luz pelo oficial citado (Bezerra, 2013), depois de rápido tiroteio, onze cangaceiros, nove homens e duas mulheres, foram mortos e decapitados, entre eles Lampião e sua companheira, Maria Gomes, posteriormente alcunhada de Bonita. As cabeças foram transportadas para Piranhas, cidade alagoana localizada no outro lado do rio São Francisco, sendo expostas ao público nos degraus de acesso à prefeitura e, posteriormente, conduzidas e, numa espécie de tour macabro, exibidas nas cidades alagoanas, em percurso até a capital, Maceió.

Os corpos sem cabeças ficaram espalhados na grota da fazenda Angico e permaneceram insepultos por vários dias. A fedentina se espalhou pela caatinga, sendo possível senti-la a distância considerável. Somente mediante a ação de moradores das proximidades do local da chacina, os corpos decapitados foram sepultados.

Que a intenção do Estado brasileiro era dar fim ao cangaceirismo é indiscutível, pois era anacrônica a justaposição do banditismo cangaceiro com o projeto varguista estadonovista de unitarismo (Ferreira Júnior, 2016). Todavia, o questionamento a ser feito se direciona à barbárie que perpassou a chacina cometida pela polícia alagoana, relacionada ao desrespeito com os corpos dos cangaceiros e cangaceiras mortas, caracterizando-os como corpos incircunscritos (Caldeira, 2000), decepando-lhes as cabeças, conduzindo-as como troféus e expondo-as em vários espaços.

Quais desdobramentos são derivados dessa prática decapitadora exclusiva dos soldados de volantes na luta contra os cangaceiros? Para além do capital simbólico que passava a possuir quem decapitava um cangaceiro ou uma cangaceira, haveria outro significado impulsionador dessa prática policial?

Este texto, mediante revisão bibliográfica da temática que envolve o embate entre policiais de volantes e cangaceiros, estes chefiados por Lampião, busca responder aos questionamentos aqui levantados. Justaposto ao uso da bibliografia específica, também se lançou mão de narrativas de memorialistas, depoimentos de ex-cangaceiros e ex-cangaceiras, alguns desses sobreviventes da chacina ocorrida na gruta de Angico. Ademais, também se lançou mão de conceitos da chamada História Cultural, como imaginário e representação (Pesavento, 2008).

No referente à composição, este texto se apresenta triplicemente dividido. Inicia-se com breve análise sobre o Sertão nordestino, espaço do desenrolar dos embates entre soldados de volantes e cangaceiros. Num segundo momento, promove uma descrição nos moldes histórico-antropológico do ocorrido na gruta de Angicos e o posterior tour macabro desenvolvido por policiais alagoanos e, por fim, valendo-se do contido no imaginário sertanejo nordestino, traz-se à luz o significado da decapitação de cabeças impostas aos cangaceiros pelos soldados de volantes.

Sertão nordestino, espaço de embate entre volantes e cangaceiros

O início da organização social brasileira ocorre na parte litorânea do que hoje se conhece como Nordeste. Ali, colonizadores portugueses, mediante necessidade metropolitana e com ajuda do capital holandês, implantam a chamada plantation canavieira, possuidora de quatro pilares básicos, latifúndio, monocultura, trabalho escravizado e exportação. Justaposto à implantação canavieira deu-se também o implantar, com a agência jesuítica, da religião cristã católica, imposta aos nativos – indígenas – e aos africanos escravizados, através do processo educativo (Saviani, 2019).

Todavia, mesmo todo denodo jesuíta na busca de desenraizar culturalmente indígenas e africanos escravizados, não logrou sucesso absoluto o projeto da Igreja Católica, definido

desde o Concílio de Trento (1545), quando se principiou o chamado Movimento de Contra Reforma¹.

A não obtenção de pleno sucesso jesuítico deveu-se à resistência empreendida pelo indígena catequizado e pelo negro escravizado, que quando não se vez acintosa, na exteriorização de conflitos – guerras entre colonizadores e indígenas e ou negros aquilombados -, verificou-se na forma dissimulada de adequação, por parte de tais sujeitos, aos quereres do branco colonizador. É exatamente nessa adequação dissimulada que irá ser gestado, dentre outras coisas, o chamado catolicismo popular, onde se verifica a mescla de elementos dos cultos cristãos, indígena e africano, resultando em complexidade que perpassa esse professar de fé, sendo significativamente vivenciado nos sertões nordestinos.

Assim, de acordo com Pontes (2014, p. 157), “São características dessa estética cultural-religiosa as linguagens, leis, ritos e arquitetura que conformaram paisagens religiosas e geossímbolos”, estes podem se exteriorizar, conforme Rosendahl (2003, p. 2015), em “um lugar, um itinerário que, por razões religiosas ou culturais, aos olhos de certas pessoas assume uma dimensão simbólica que os fortalece em sua identidade” e, por conseguinte, segundo Lenaers (2011, p. 16), perpassa-lhes a existência na construção do seu imaginário, visto que “deu forma a suas esperanças, expectativas, imaginações, medos, alegrias, dúvidas conscientes ou inconscientes”.

Uma das exteriorizações do imaginário sertanejo nordestino está ligada à religiosidade e esta, por sua vez, constitui-se traço que se revela identitário de seu lugar, ou seja, como afirma Pontes (2014, p. 157), “que também marca sua geograficidade, a espacialização do seu mundo vivido, com suas relações entre indivíduos e lugares, paisagens e culturas”.

Deve-se, antes de se ir adiante nessa discussão, trazer à luz o que seja imaginário e, por conseguinte representação, enquanto maneira porque, em sociedade, o subjetivo se objetiva, ou seja, o que reside interiormente nos homens e mulheres, enquanto sujeitos sociais que são, que lhes foi transmitido pelo processo de socialização e ou construído em sua estada no mundo, vem a se concretizar, seja por discursos, ações, ou qualquer outra forma de demonstrar o que se crer ou se pensa.

¹ Buscava, além da moralização e qualificação do clero, a definição de delimitação de espaços de dominação ideológica religiosa cristã católica no chamado Novo Mundo, em sua parte Sul, onde hoje se localiza o Brasil.

O imaginário, segundo Pesavento (2008, p. 43), deve ser entendido como “um sistema de ideias e imagens de representação coletiva que os homens, em todas as épocas, construíram para si, dando sentido ao mundo”. O fato de se constituir um sistema de representações coletivas, o imaginário nos traz o entendimento que “tanto se trata da construção de um mundo paralelo de sinais de que se constrói sobre a realidade, como aponta para o fato de que essa construção é social e histórica”.

Sendo social e histórico, o imaginário é datado, ou seja, está ligado a uma temporalidade específica. Assim, em cada momento de sua história, os homens e mulheres, em sociedade, constroem maneiras de exteriorizar o que pensam, as representações. Estas, por sua vez,

Formam como que uma realidade paralela à existência dos indivíduos, mas fazem os homens viverem por elas e nelas. As representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar desse mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência. São matrizes geradoras de práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade. (PESAVENTO, 2008, p. 39).

Nos dias de enfrentamento entre volantes e cangaceiros (1922 – 1938), perpassava o imaginário sertanejo, dentre outras coisas, o entendimento relacionado ao corpo, depois de despossuído de vida². Cria-se que deveria ser sepultado inteiro, ou seja, sem que lhe faltasse nenhuma parte, sob pena de a alma daquele corpo não vir a experimentar descanso e, por conseguinte passar a vagar.

Cabeças cortadas, corpos insepultos, O macabro cenário da Grota de Angico e o fim do cangaço lampiônico

No dia 28 de julho de 1938, a volante alagoana comandada pelo tenente João Bezerra, afirma a historiografia oficial, estabeleceu cerco a uma grota localizada no interior da fazenda Angico, pertencente ao município de Poço Redondo, cidade sergipana, que possui parte do seu território banhado pelas águas do rio São Francisco, onde estava acoitado Lampião, sua companheira Maria Gomes e outros cangaceiros.

² O recorte está relacionado à duração do cangaço lampiônico, ou seja, da liderança de cangaceiros exercida por Lampião.

De acordo com a narrativa prevalecente, era ainda madrugada da quinta-feira. Os cangaceiros foram pegos de surpresa. Após curto tiroteio, onze deles, nove homens e duas mulheres, estavam mortos, incluindo-se Lampião e Maria Gomes. Os soldados decapitaram os onze corpos (deixando-os insepultos no local), cujas cabeças foram expostas nos degraus da prefeitura da cidade alagoana de Piranhas, localizada também às margens do rio São Francisco e distante 269 quilômetros da capital, Maceió.

Figura 1 - Cabeças de cangaceiros expostas em Piranhas, Alagoas.



Fonte: Lampião Aceso, 2012. <http://lampiaoaceso.blogspot.com/2014/05/76-anos-depois-uma-importante-revelacao.htm> .

Após a exposição macabra ocorrida na cidade de Piranhas, as cabeças foram conduzidas a Maceió. Porém, o percurso feito até a capital não se deu de maneira direta. Em cada cidade por onde passava o veículo que conduzia as cabeças, fazia-se parada e as mesmas eram mostradas ao público que se aglomerava para vê-las. Após se dizer o nome do cangaceiro/cangaceira a quem pertencia, a cabeça era retirada de uma lata, onde continha uma solução de formol, álcool e sal³.

³ A descrição sobre como era feita a exposição das cabeças dos cangaceiros e cangaceiras nas cidades alagoanas, no percurso de Piranhas a Maceió, foi relatada pelo avô do autor que, em Palmeira dos Índios, assistiu ao tétrico espetáculo.

Figura 2 - Exposição das cabeças em Maceió - AL



Fonte: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/de-exibicao-em-praca-publica-a-decomposicao-o-destinomacabro-da-cabeca-de-lampiao-e-seu-bando.phtml>

A chegada a Maceió se dá no dia 31 de julho de 1938. Após exames médicos, nove delas foram sepultadas em cova coletiva. As de Lampião e Maria Gomes foram enviadas para a Salvador, capital baiana, onde ficaram expostas no Museu Antropológico Estácio de Lima, localizado no prédio do Instituto Médico Legal Nina Rodrigues. Somente vieram a ser sepultadas em seis de fevereiro de 1969, no governo de Luís Viana Filho, após familiares conquistarem o direito na Justiça. Antes do sepultamento, porém, o Museu fez moldes para reproduzir as cabeças e continuar a expô-las como provas materiais da morte do “rei” e da “rainha” do cangaço;

Além da tática antiga de impor medo através de ações violentas praticadas pelo Estado (Foucault, 2002), a exposição das cabeças dos cangaceiros e cangaceiras mortos na grotta de Angico - tanto na calçada da prefeitura na cidade de Piranhas, quanto no tour macabro feito de Piranhas a Maceió - era, também, uma resposta dada à população, proveniente do modelo governamental em voga naquela temporalidade, O Estado Novo (1937 – 1945). Um parêntese aqui é aberto, que se propõe ser elucidativo, no que concerne à resposta que o governo de Getúlio Vargas, em sua versão estadonovista, buscou dar à população brasileira, principalmente à sertaneja nordestina, no referente ao trato que dispensava ao banditismo.

O centralismo reivindicado pelo Estado Novo, típico de modelos governamentais absolutos, refletia-se no desejo de estabelecer varredura no banditismo nordestino sertanejo. O veículo

pelo qual o braço estatal chegaria aos cangaceiros era o que, de há muito, já lhe oferecia, pelo menos oficialmente, resistência, a Polícia Militar dos estados nordestinos. O poder institucionalizado, porém, no concernente ao cangaceirismo lampiônico, há cerca de duas décadas, experimentava reveses significativos

Por quase duas décadas, Lampião sobreviveu nos sertões nordestinos baiano, pernambucano, alagoano, paraibano e sergipano, protagonizando ações que, se constituíam desmoralizadoras do poder institucionalizado [...] o Estado, enquanto elemento mandatário e promotor da manutenção da ordem, sucumbia diante da audácia lampiônica [...] inevitável se torna perguntar por que não se deu cabo de Lampião de imediato ou em até pouco tempo? (Ferreira Júnior, 2007, p. 9).

Talvez somente uma resposta pode ser dada à pergunta feita no excerto acima, proteção de poderosos e significativa corrupção de policiais. Ou seja, Lampião mantinha acordos tácitos com quem lhe poderia proporcionar benesses, assim, “oficiais da Polícia recebiam dinheiro do cangaço e eram facilmente subornados porque havia um consenso entre o Governo e os coronéis sobre isso” (Chiavenato, 1990, p. 86).

Somente enxergando o amalgama existente entre Lampião, parte do oficialato da Polícia Militar, coronéis latifundiários e informantes, comumente chamados coiteiros, pode-se entender como se construiu o “reinado” do mais famoso dos cangaceiros.

Da tríade citada acima, faz-se importante pontuar sobre os coiteiros e a sua importância na engrenagem de manutenção e continuidade do cangaço lampiônico, como se observa na declaração abaixo,

Eram os coiteiros que formavam uma fina malha de informações sobre os paradeiros de seus pretensos algozes. Também desempenhavam o papel de fornecedores de mantimentos, munição e dinheiro. Eram eles, os elos de ligação entre o comércio formal e o grupo de cangaceiros, adquirindo provisões para longas temporadas e munição necessária para os combates e assaltos, escorregando-se pelos caminhos estreitos da caatinga em direção às cidades ou às fazendas, para os esconderijos previamente combinados (Monteiro, 2004, p. 70).

A necessidade de lugar para descansar, curar feridos, recuperar energias e, em não poucos casos, ficar oculto das forças volantes e, justaposto a isso, a necessidade de suporte logístico, esmiuçado na citação acima, fazia do coiteiro elemento imprescindível no existir cangaceiro lampiônico.

O grupo dos coiteiros era constituído de maneira diversificada. Havia desde o catingueiro pobre ao rico latifundiário, cada um exercendo função específica. De acordo com Albuquerque (2016, p. 142), “aqueles de maior poder político, podiam, também, fornecer proteção de possíveis ataques de tropas volantes, pois mantinham afastada de sua propriedade, a polícia e, além disso, conseguiam, também, abastecer com armas e munições”, o que, segundo Vilela (1999, p. 176), “trazia também compensações financeiras para os coiteiros sob forma de venda de armas e, acima de tudo, munições”, assim, conforme Nascimento (1998, p. 36), “para eles, negociar com Lampião dava bons resultados, além de garantir a imunidade de suas propriedades rurais”. Os outros componentes do grupo eram pessoas despossuídas de bens, que segundo Albuquerque (2016, p. 142), “eram utilizadas como informantes nas vilas e cidades ou simplesmente como agentes de recados, entregando os inúmeros bilhetes de Lampião, cobrando ‘contribuições’ para o cangaço” e, de acordo com Chandler (2003, p. 220), eram chamados “coiteiros de pé no chão” e, “ao contrário dos integrantes do potentado local, sofriam muito nas mãos da polícia, pois não tinham meios para barrar as pressões das volantes (Albuquerque, 2016, p. 142).

Para que não se possa estar preso somente a dizeres que partem dos que não se fizeram presentes quando da existência do momento cangaceiro, pensa-se ser significativo o depoimento de outro famoso cangaceiro, Antônio Silvino⁴, sobre o que pensava acerca de Lampião,

O folclorista cearense, Leonardo Mota, entrevistou, em 1930, **Antônio Silvino**, então preso na penitenciária do Recife,

-----Silvino, que é você me diz de Lampião?

-----Ah, seu doutor, **Lampião é um Prinspe!**

-----Príncipe por quê?

-----Veio depois de mim. Os tempos são outros. As armas estão mais aperfeiçoadas. Não falta quem venda tudo. Caixeiro viajante não é besta para se esquecer de levar presente de bala para ele. **A puliça quer é só se encher de dinheiro no Sertão [...]** Não tenha dúvida, Lampião é um Prinspe! (Queiroz, 1977, p. 93). (Grifos nossos).

Percebe-se, mediante a leitura do excerto acima, clara a existência de conluio entre perseguidores e perseguido. Desse modo, pode-se dizer que, no que concerne ao quadro

⁴Manoel Batista de Moraes nasceu no dia 2 de novembro de 1875, em Afogados da Ingazeira, uma pequena cidade situada às margens do rio Pajeú, Sertão do estado de Pernambuco. Era conhecido pelo nome de guerra de Antônio Silvino e apelido de "Rifle de Ouro".

policiais militares à época, havia uma situação de polarização. Ou seja, os volantes que teoricamente empreendiam perseguição ao cangaceiro famoso experimentavam uma dupla divisão, pois, “grande parte da polícia negligenciava na busca do cangaceiro, enquanto por outro lado, e de forma bem reduzida, existiam volantes cujos comandantes levavam a sério o trabalho para o qual eram pagos”. (Ferreira Júnior, 2007, p. 10).

Segundo Lira (2007), essa minoria de policiais se constituía, na grande maioria das vezes, de gente que tinha contas pendentes com Lampião, como, por exemplo, o grupo dos nazarenos.⁵ Barros (2000, p. 50), corrobora com a afirmação de uma descontinuidade ética nos quadros policiais militares, no que concerne ao combate dado a Lampião, quando contrapõe “a corrupção de policiais em promiscuidade com os cangaceiros” com “os militares de carreira que foram incorruptíveis no combate ao cangaço”. Entende-se significativa, ainda trazendo à baila a nódoa que se fazia presente no tecido policial à época, “fingiam perseguir cangaceiros quando, na verdade, ali estavam para maltratar os sertanejos e receberem profundas quantias de Lampião e sua grei” (Costa, 1996, p. 91).

Todavia, acredita-se que o mais contundente testemunho do descabro policial é o que se refere à conduta do, à época, tenente de volante alagoano, o pernambucano tenente João Bezerra. Este personagem, a quem se conferem os louros do extermínio do cangaço lampiônico, ainda que heroicizado pela história oficial, é contestado por outro personagem, contemporâneo seu, o nazareno, à época soldado de volante, Davi Jurubeba,

Herói nada! João Bezerra foi, na verdade, um *grande traidor*, ao matar o seu *amigo Lampião* por envenenamento. Uma das provas de sua amizade com Lampião estava em seus encontros com o bandido na fazenda de Audálio Tenório, em Águas Belas, onde chegava a jogar cartas com ele madrugada a dentro até o amanhecer, o que levava Audálio a morrer de rir, mangando deles, ao vê-los com os olhos avermelhados e as caras pintadas com a fumaça dos candeeiros. Lampião se queixava a Audálio ao dizer-lhe que João Bezerra o havia roubado nas cartas (Sá Neto, 2004, p. 184).

A afirmação feita por David Jurubeba não lhe é exclusiva. Rodrigues de Carvalho, em sua “Sociologia do Cangaço” (1977), emite sérias críticas à tentativa de heroicização de João Bezerra. Para este autor, Angicos foi cenário de uma ópera-bufa, onde os principais atores foram o oficial ameaçado da perda da farda (João Bezerra, por se comprovar o seu íntimo

⁵ Grupo formado por pessoas que pertenciam à vila de Nazaré do Pico e seus arredores. Nazaré, também chamada Carqueja, situa-se entre as cidades pernambucanas de Floresta e Serra Talhada, no Sertão pernambucano.

envolvimento com Lampião⁶), o coiteiro traidor (Pedro de Cândido, que ameaçado de morte por João Bezerra, teria envenenado a bebida fornecida a Lampião e a seu bando) e, por último, o cangaceiro traído (Lampião, que atribuía a Pedro de Cândido total confiança⁷). Corroborando com Rodrigues de Carvalho (1977), diz Sá Neto (2004),

Um membro da família Malta, sobrinho da baronesa de Água Branca [...] dizia ter recebido de um soldado de João Bezerra fotos deste com Lampião, além de informações de combates simulados e venda de munição pertencente à polícia alagoana. Essas fotos teriam chegado ao conhecimento do Governador do Estado que, considerando a gravidade da situação, mandou chamar o Secretário de Segurança Pública, exigindo de este dar cabo de Lampião em curto prazo, sob pena de perder o cargo. De imediato, o secretário chamou o Ten. João Bezerra ao seu gabinete e intimou-o a atender à ordem do Governador, sob ameaça de perder a farda [...] Bezerra conseguiu amainar a raiva do Secretário, dizendo que estava preparando a morte de Lampião por envenenamento, cujo veneno já estaria comprado e seria ministrado por um amigo, coiteiro de Lampião. Como não havia alternativa, João Bezerra procurou Pedro Cândido para tentar resolver a embrulhada na qual se encontrava. (Sá Neto, 2004, p. 185).

Quando analisada, a situação vivenciada pela Polícia Militar alagoana toma tons tragicômicos. De perseguidora institucionalizada passou à condição de perseguida por quem lhe dava legitimação para o empreendimento de perseguição, o Estado. Desse modo, matar Lampião se tornara obrigação. Exigia-se o feito e, se coube a João Bezerra a realização do ato, isto se deu muito menos por ser componente da polícia perseguida institucionalmente, que por ser elemento significativamente maculador da mesma. Aqui, fecha-se o parêntese elucidativo.

A prática de cortar cabeças cangaceiras, Capital simbólico do decapitador e a penalização do decapitado

De acordo com Pericás (2010), a decapitação de inimigos não se constituiu uma novidade nem uma invenção relacionada à época em que, nos sertões nordestinos, cangaceiros e policiais travavam combate, que revelava a contraposição entre a violência legítima (WEBER, 2010) protagonizada pelos policiais de volante e a violência bandida promovida pelas hostes cangaceiras.

⁶ Afirmação feita por Sá Neto (Op. Cit., p. 185);

⁷ Relatado por Góis *apud* Rodrigues de Carvalho (Op. Cit., p. 376)

No embate entre cangaceiros e volantes a prática de cortar cabeças, todavia, era realizada unilateralmente. Somente ocorria por parte dos soldados de volante. Não se conhece tal prática entre cangaceiros. Estes, na violência que externalizavam, protagonizavam atos de crueldade inominável, como castrações, marcação com ferro em brasa, esfolamento, sangramentos. Todavia, desconhece-se na historiografia cangaceira a prática de cortar cabeças de vítimas suas, fossem essas até mesmo policiais.⁸

Por que razão, então, verificava-se essa prática entre os policiais das volantes? Quatro podem ser as respostas a esse questionamento, servir como moeda de troca, comprovar a morte do cangaceiro, humilhação do rival e o usufruto de capital simbólico.

José Osório de Farias, conhecido com Zé Rufino, é tido na historiografia cangaceira como o maior cortador de cabeças de cangaceiros⁹. Teria sido essa prática que fez com que Zé Rufino galgasse celeremente os postos na Polícia Militar baiana. Zé Rufino teria feito um acordo com o governo estadual, quanto mais cabeças de cangaceiros fossem cortadas, mais promoções seriam conquistadas.

As cabeças acabaram virando “moeda de troca” com as autoridades [...] Com José Osório de Farias, mais conhecido como Zé Rufino, que por vários anos alugou serviços às autoridades baianas, havia um acordo secreto com o governo daquele estado. Cada cabeça que o contratado apresentasse era trocada por uma promoção. Assim, após 16 combates e 22 decapitações, ele deixou de ser um “contratado” e se tornou um coronel de polícia (Pericás, 2010, p. 93).

O corte de cabeças é possuído de outra justificativa, esta de ordem prática. Era inviável o transporte de cadáveres, visto que “para cada corpo carregado eram necessários dois ou três soldados, que ainda teriam de transportar seus próprios companheiros tombados em combates e feridos” (Pericás, 2010, p. 93). Diante do fato de que era fundamental exibir prova cabal da eliminação do cangaceiro, principalmente se este era famoso, o corte de cabeças se mostrava como sendo a melhor opção.

Assim, somente exposto as cabeças intactas em praça pública é que a população ficaria convencida de que aqueles bandidos não mais estavam contados no mundo dos vivos e, conseqüentemente não mais se mostravam ameaça para sua segurança. Filmagens e ou

⁸ Episódio isolado ocorre quando Corisco, dias após a morte de Lampião, resolve se vingar e manda cortar as cabeças de uma família sertaneja inteira, mandando-as entregar ao tenente João Bezerra, comandante da volante que matou Lampião (Nogueira, 2020);

⁹<https://www.youtube.com/watch?v=3-mPGcR-XRU>

fotografias de cabeças de cangaceiros decapitadas não se constituíam provas suficientes. Sobre a exposição pública de cabeças, veja-se a tensão que se revela em uma crônica de Aurélio Buarque de Holanda, quando descreve o fato de o trágico ser absorvido pelos transeuntes com absoluta normalidade,

Desenrola-se o drama. O trágico se confunde com o grotesco. Quase não se espanta que não haja palmas. Em todo caso, a satisfação da assistência traduz-se por alguns risos mal abafados e comentários algo picantes, em face do grotesco. O trágico, porém não arranca lágrimas. Os lenços são levados ao nariz, nenhum aos olhos. A multidão agita-se, freme, sofre, goza, delira. E as cabeças vão saindo, fétidas, deformadas, das latas de querosene – as urnas funerárias–, onde o álcool e o sal as conservam, e conservam mal. Saem suspensas pelos cabelos, que, de enormes, nem sempre permitem, ao primeiro relance, distinguir bem os sexos. Lampião, Maria Bonita, Enedina, Luiz Pedro, Quinta-Feira, Cajarana, Diferente, Caixa-de-fósforos, Elétrico, Mergulhão... (Holanda, 1995, p. 2).

Diante do exposto acima, pode-se chamar à luz e aplicar ao corpo do cangaceiro o conceito de corpo incircunscrito (Caldeira, 2000), que é tido como um corpo despossuído de barreiras claras de separação ou evitação, visto que se trata de “um corpo permeável, aberto à intervenção, no qual as manipulações de outros não são consideradas problemáticas, visto ser um corpo desprotegido por direitos individuais e, na verdade, resulta historicamente da sua ausência” (Caldeira, 2000, p. 371).

Pode-se dizer que essa manipulação desregrada ao corpo incircunscrito do cangaceiro trata-se de um tipo de justificação, que se encima no direito de vingança, ou seja, “trata-se de impor ao criminoso expiação e suplícios reais ou, no caso do que já está morto, expiação e suplícios simbólicos, como é próprio dos ritos de vingança e sacrifício e, além disso, eliminá-lo simbolicamente como pessoa” (Martins, 2015, p. 81).

Também se cortavam cabeças com a finalidade de humilhar o decapitado ou a decapitada. Revelava-se uma atitude de desprezo, por parte de quem decapitava a vítima, pois os preceitos cristãos defendem a inviolabilidade e indivisibilidade do corpo, a decapitação seria uma forma de negar tal direito aos cangaceiros, uma vez que,

Com a cabeça separadas do tronco e membros, sua alma supostamente estaria perdida, o que impediria os bandoleiros de ter um final justo e digno. Em outras palavras, essa seria uma estranha forma de punição. Exemplo claro foi o de Corisco, enterrado “inteiro” e depois, exumado e decapitado (Pericás, 2010, p. 92).

Esse motivo era promotor de significativos desdobramentos, uma vez que se relacionava com o mundo espiritual dos sertanejos nordestinos. A religiosidade era traço marcante na sociedade da época. Tão significativa era, que se fazia presente no cotidiano dos cangaceiros.

Membros de uma sociedade onde a religião se revelava quase que a única maneira de explicar o mundo, onde não se constituía rara a presença de beatos e fanáticos com seus discursos salvacionistas, promovendo profecias apocalípticas, arrebanhando seguidores e, com isso, esvaziando de mão-de-obra os latifúndios coronelísticos, os cangaceiros, no seu nomadismo, reproduziam o que lhes fora inculcado, enquanto meros catigueiros que foram um dia. (Ferreira Júnior, 2011, p. 303).

Assim, não poucas eram as representações denunciadoras da presença de grande religiosidade nesses homens e mulheres proscritos. Rezar era imperativo! Para continuar vivo e matar o inimigo; para salvaguardar-se dos múltiplos perigos reservados à vida à margem da lei... Enfim, para satisfazer demandas particularizadas.

Trazendo a discussão para a pessoa de Lampião, verifica-se que a família Ferreira, à que pertencia, à semelhança de tantas outras contemporâneas suas, pautou a educação dos seus membros na religião, inculcando-lhes a fé ainda em tenra idade, quando havia a obrigatoriedade do rezar em família, diariamente, geralmente ao amanhecer e ao anoitecer, o terço, o ofício etc. (Ferreira Júnior, 2004, p. 24).

Quando entrou no cangaço, Virgulino Ferreira levou para Lampião o praticismo religioso adquirido no cotidiano familiar. Testemunhos de ex-cangaceiros /cangaceiras, membros do bando de Lampião, dão conta da religiosidade que perpassava o seu cotidiano. Sila, cangaceira e mulher do cangaceiro Zé Sereno, sobrevivente da chacina de Angico, afirma que lampião e os cangaceiros rezavam todas as noites; só se dormia e se levantava depois que se rezava (Sousa, 1995, p. 53).

O rezar cangaceiro nem sempre ocorria de forma recorrente entre os sertanejos, pois, segundo (Lima, 1965, p. 115), para muitos deles, “não é preciso que uma oração, para produzir efeito, seja pronunciada, ou sequer conhecida no seu texto pelo portador, basta a permanência no pescoço, no bolso, ou na própria capanga, enrolada com um Agnus Dei, ou apenas dobrada”.

Outra prática que denunciava religiosidade presente nos cangaceiros era o respeito demonstrado por eles aos sacerdotes e aos templos. Não se tem notícia de Lampião e ou qualquer cangaceiro do seu bando assaltando padres ou igrejas. Quando mantinham contato

com padres, os cangaceiros não os maltratavam e lhes pediam bênçãos (Oliveira, 1970; Lima, 1965). Essa prática era algo presente no cotidiano das caatingas sertanejas nordestinas, era costume que aqueles homens e mulheres, agora banidos do convívio social, portavam consigo desde a mais tenra infância.

No ideário cangaceiro, a figura do sacerdote era tida como sacra e de total confiança, algo não muito comum em um mundo marcado pela perseguição e delação. Uma prova da confiança plena nos padres era o fato de que os cangaceiros “entregavam seus filhos aos vigários, recomendando que os criassem como homens de bem, pois não tinham culpa de terem vindo ao mundo como filhos de cangaceiros” (Oliveira, 1970, p. 126),

Reflexo, no cangaço, da educação pautada na religião popular recebida em casa, era a postura mística presente no cotidiano cangaceiro, representado pelo uso de rosários no pescoço e a posse de patuás diversos, que continham rezas consideradas fortes “escritas e dobradas com uma hóstia consagrada, furtada do sacrário, misturada com o próprio sangue do bandido e o oferecimento do credo” (Oliveira, 1970, p. 119).

Por fim, cortar cabeça de cangaceiro também direcionava a outra finalidade, que era promover o usufruto de capital simbólico ao decapitador (Bourdieu, 2010), que passava a ser conhecido como o policial que cortou a cabeça de cangaceiro / cangaceira tal. Exemplo do gozo desse capital é vivenciado pelo ex-cabo da Polícia Militar de Alagoas, José Panta de Godoy¹⁰, residente em Piranhas, Alagoas, que desferiu os tiros que balearam Maria Gomes, posteriormente chamada de Maria Bonita e, ainda com a mesma viva, cortou-lhe a cabeça¹¹.

Como era costumeiro, a quem matava o cangaceiro ou cangaceira cabia o espólio do morto ou da morta. Assim, o soldado José Panta de Godoy obteve o direito do usufruto dos pertences que estavam com Maria Gomes. De acordo com o jornal Folha de São Paulo,

Na sacola carregada a tiracolo, de couro, de Maria Bonita, que provavelmente fora costurado por Lampião, exímio costureiro em couro e pano, cabo Panta encontrou 16 contos de réis, dinheiro que mudou sua vida. Com o dinheiro, Panta comprou oito casas em Delmiro Gouveia (sertão alagoano). Na época, o carro de menor valor no Brasil custava 8 contos de réis (FOLHA DE SÃO PAULO, 1996).

¹⁰<https://www.youtube.com/watch?v=6gi5cN-hCQA;>

¹¹[https://www.mulheresdocangaco.com.br/project/a-cabeca-de-maria/;](https://www.mulheresdocangaco.com.br/project/a-cabeca-de-maria/)

Não obstante ter mudado substancialmente de condição de vida, conforme se verifica no excerto acima, o soldado José Panta de Godoy foi promovido a cabo da Polícia alagoana. Todavia, ainda que não lhe tivesse chegado as benesses citadas, o soldado José Panta de Godoy carregaria consigo o capital social (2010) de ter sido o matador e decapitador da chamada “Rainha do Cangaço”, tanto em vida quando depois de desencarnar.

Considerações finais

A chacina ocorrida em 28 de julho de 1938 na gruta da fazenda Angico, no município de Poço Redondo, em solo sergipano, é objeto ao qual é possível se debruçarem pesquisadores sob as mais diversas pretensões e, por conseguinte, possível de fornecer variadas narrativas.

Neste texto, todavia, o debruçar sobre o objeto citado teve a pretensão de mostrar, além do acontecimento em si e do seu desdobramento imediato, a sua significação no envolvimento dos agentes que o vivenciaram, quando levado em conta o imaginário sertanejo. Ou seja, trazer à luz o que estava por trás da ação de decepar cabeças, prática unilateral na luta travada entre cangaceiros e soldados de volantes – somente realizada por agência policial.

Para além da crueza, que em si mesma era a luta travada pelas partes citadas, a violência do decepar cabeças ganha contornos que ultrapassam a barbárie do ato em si, visto que vai de encontro ao imaginário sertanejo, relacionado ao corpo sem vida, que decorre da religiosidade tracejadora da identidade sertaneja nordestina.

Assim, não era suficiente matar o cangaceiro ou cangaceira, o que no discurso público policial era extirpar da sociedade sertaneja o que a fazia penar. À morte do cangaceiro ou cangaceira seguia a penalização extraterrena, ou seja, ocorria a imputação à alma do morto, uma vez que lhe impediria gozar descanso espiritual, segundo o imaginário sertanejo nordestino (Pericás, 2010).

Referências

- ALBUQUERQUE, André C de. **Capitães do fim do mundo**. Recife. EDUPE. 2016.
- BARROS. Luitgarde O. C. **A Derradeira Gesta**, Lampião e Nazarenos Guerreando no Sertão. Rio de Janeiro. FAPERJ, Mauad. 2000.
- BEZERRA, João. **Como dei cabo de Lampião**. Recife. Top Produções gráficas. 2013.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo, Perspectiva, 2010.
- CALDEIRA, Teresa P do R. **Cidade de muros**, crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo. Editora 34/Edusp. 2000.
- CHANDLER, Billy J. **Lampião, o rei dos cangaceiros**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 2003.
- CHIAVENATO. Júlio J. **Cangaço**, a força do coronel. São Paulo, Brasiliense, 1990.
- COSTA. Alcino A. **Lampião Além da Versão**, mentiras e mistérios de Angico. Aracaju. Sociedade Editorial de Sergipe/Secretaria do Estado da Cultura de Sergipe. 1996.
- GOMES, Alberto A. **Considerações sobre a pesquisa científica**, em busca de caminhos para a pesquisa científica. 2018. Disponível em https://www.fct.unesp.br/Home/Departamentos/Educacao/AlbertoGomes/aula_consideracoes-sobre-a-pesquisa.pdf . Acesso em 20/04/2021.
- FERREIRA JÚNIOR, José. Cangaço e Fé. In, SOUZA, Anildomá W. de. **Nas Pegadas de Lampião**. Serra Talhada. Esdras Graphic. 2004.
- FERREIRA JÚNIOR, José. **Memória Monumentalizada do Cangaço**, a que se presta tal saber? In: REA – Reunião Equatorial de Antropologia. Aracaju - – SE. 2007.
- FERREIRA JÚNIOR, José. **Religião no cotidiano cangaceiro**, representações e práticas. Anais do II Congresso Nacional do Cangaço e III Semana Regional de História do CFP/UFCG, p. 303 – 309. Cajazeiras – PB. 2011.
- FERREIRA JÚNIOR, José. **O Estado Novo e o anacronismo oligárquico regional**. Esquerda Diário. 2016. Disponível em <https://www.esquerdadiario.com.br/O-Estado-Novo-e-o-anacronismo-oligarquico-regional> Acesso em 10-08-2023.
- FOLHA DE SÃO PAULO. **Policial e cangaceiro se encontram 58 anos depois**. São Paulo, 29 de julho de 1996.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**, história da violência nas prisões. Petrópolis. Vozes. 2002.
- HOLANDA, Aurélio Buarque de. **Feira de cabeças**. Diário Oficial do Estado de Pernambuco, Ano IX, jul. 1995.

- LENAERS, Roger. **Outro cristianismo é possível**. A fé em linguagem moderna. São Paulo. Paulus. 2011.
- LIMA, Estácio de. **O Estranho Mundo dos Cangaceiros**. Salvador. Itapoá, 1965.
- LIRA, João G. de. **Memórias de um Soldado de Volante**. Floresta – PE. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. 2007.
- LORIGA, Sabina. A tarefa do historiador. In, GOMES, Ângela de Castro. **Memórias e narrativas autobiográficas**. Rio de Janeiro, FGV, 2010.
- MARTINS, José de S. **Linchamentos**, a justiça popular no Brasil. São Paulo. Contexto. 2015.
- MONTEIRO, Roberto P. **O outro lado do cangaço**, as forças volantes em Pernambuco, 1922 – 1938. Recife. Ed. Do Autor. 2004.
- NOGUEIRA, André. **Sangue no Sertão**, os horrores do cangaceiro Corisco, o Diabo Louro. 2020. Disponível em <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/sangue-no-sertao-os-horrores-do-cangaceiro-corisco-o-diabo-louro.phtml> Acesso em 20/04/2021.
- OLIVEIRA, Aglaê L de. **Lampião, Cangaço, Nordeste**. Rio de Janeiro. O Cruzeiro. 1970.
- PERICÁS, Luiz B. **Os cangaceiros**, ensaio de interpretação histórica. São Paulo. Boitempo. 2010.
- PESAVENTO, Sandra J. História & História Cultural. São Paulo. Autêntica. 2008.
- PONTES, Emílio T M. **Fé e Pragmatismo no Sertão**. Fortaleza. Mercator. 2014.
- QUEIROZ, Maria I. P. de. **Os Cangaceiros**. São Paulo. Duas Cidades. 1977.
- RICOEUR, Paul. **A memória. A história. O esquecimento**. Campinas, Editora da UNICAMP, 2007.
- RODRIGUES DE CARVALHO. **A Sociologia do Cangaço**. Rio de Janeiro. Gráfica Editora do Livro Ltda. 1977.
- ROSENDAHL, Zeny. Espaço, cultura e religião, dimensões de análise. In, CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs). **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003.
- SÁ NETO, José M de. **David Jurubeba**, um herói nazareno. Recife. Editora do Autor. 2004.
- SAVIANI, Dermeval. **História das ideias Pedagógicas no Brasil**. São Paulo. Editores Associados. 2019.
- SOUSA, Ilda R de. **Sila, Memória de Guerra e Paz**. São Paulo. Imprensa Universitária, 1995.

VILELA, Jorge M. **Operação anticangaço**, as práticas e estratégias de combate ao banditismo de Virgulino Ferreira, Lampião. Revista de Ciências Humanas. Florianópolis. 1999.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Brasília. UNB. 2010.

Recebido em 2023-08-20

Aprovado em 2023-12-04

Publicado em 2023- 12 - 30